

# Artigos

Gizele Zanotto

Coleção de artigos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos e redes sociais, jornais, revistas e livros diversos.

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados e disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 04/06/2012

Título : A volta da que não foi...

Categoria: Artigos

Descrição: Nos primeiros dias do mês de setembro de 1979, o jornal O Nacional noticiava a Semana Pátria, o 20 de setembro - tão saudado e preparado pelos riograndenses...

A volta da que não foi...

Segunda-Feira, 04/06/2012

por Arquivo Histórico Reginal

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1979, o jornal O Nacional noticiava a Semana Pátria, o 20 de setembro - tão saudado e preparado pelos riograndenses -, e o retorno de Leonel Brizola ao país depois do exílio. Em busca de informações sobre as manifestações religiosas na cidade, acabei sendo “capturada” por uma notícia intrigante, entrelaçada às manchetes políticas e que já no título anunciava: Garota dada como morta em Porto Alegre apareceu viva ontem aqui. No texto, o jornalista Julio Rosa deteve-se na explicação do caso para os leitores: a moça – aqui denominada Rosa -, então com 17 anos, que fora

dada como morta em um caso policial ocorrido em janeiro daquele mesmo ano quando então residia em Porto Alegre, apareceu naqueles dias na casa do tio – morador de Passo Fundo - para buscar documentos. A moça morta era a “garota do Cais”, caso noticiado pela Imprensa da capital em janeiro de 1979. O corpo encontrado no Cais do porto era de uma moça que foi estuprada e espancada até a morte. Pela dificuldade de obter a identificação da vítima, foi elaborado um retrato falado que posteriormente foi divulgado visando obter informações. A madrinha de Rosa teria reconhecido a sobrinha na imagem e, pelos antecedentes da noite do crime, quando ambas passavam pela zona portuária e foram abordadas por um motorista, acreditou tratar-se da parenta. O homem no cais as teria convidado para entrar no seu caminhão - onde estariam pelo menos mais dois indivíduos. Rosa teria aceitado o convite, entrado no veículo e, segundo narrou a tia, lá os sujeitos “tentaram perversões sexuais” e espancaram a sobrinha. Dias depois o corpo foi reconhecido pela madrinha de Rosa e também por seu tio, que foi de Passo Fundo a Porto Alegre naquela ocasião. Na mesma reportagem foi relatado que Rosa estaria morando em Porto Alegre com sua tia depois de ter saído de Passo Fundo com um taxista que a teria levado a Joaçaba/SC e depois à capital do estado. Quando Rosa voltou em setembro, o sinal de nascimento no seu seio teria sido o fator que confirmou tratar-se mesmo da menina que, até então, era considerada como morta e sepultada desde janeiro pelos familiares e amigos.

Por si só tal história já é instigante, mas os fatos relatados pelo jornalista seguem por alguns dias trazendo novos dados ainda mais estarrecedores. Rosa teria saído de casa como vítima de uma rede de tráfico de menores.

Ela e outras meninas teriam sido convidadas a passear de carro por um taxista que as deixou em um bordel no estado vizinho. Mas a narrativa não para por aí. Retornando à casa dos parentes, Rosa teria sido considerada pela tia como um espírito, causando temor. Segundo conta a “mortaviva”: “É muito difícil viver momentos em que os parentes mais queridos têm medo da gente como se fosse uma alma de outro mundo”.

Para além da história surpreendente e do temor dos parentes, a saga de Rosa não teria um fim tão fácil. O caso também foi analisado por advogados que afirmavam que o “caso de Rosa só existia na literatura”. Como a morta não estava morta e a garota do Cais não era Rosa, houve necessidade de anular o atestado de óbito e obter autorização para exumar o corpo enterrado no jazigo da família. A questão ganhou contornos jurídicos e morais ao desvelar os problemas do sepultamento de uma desconhecida em lugar de Rosa. Visando sanar o impasse, uma nova averiguação foi realizada com os tios que passaram a destacar o quanto o reconhecimento da “garota do Cais” teria sido marcado pela tensão nervosa, ampliada pelo odor de formol exalado no ambiente de identificação do corpo da vítima. Após tantas discussões, esclarecimentos e encaminhamentos para solucionar a situação de Rosa e do corpo da garota do Cais, ficou notório para o tio que “tratar de assuntos de gente viva é mais fácil do que de mortos”. Tramas e dramas a parte, eis uma história digna do rol de contos da República dos Coqueiros, a história da morta que não morreu...

Gizele Zanotto Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR \* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF R. Paissandu, 1576 – Centro Fone: 3316 8516  
– e-mail: ahr@upf.br – site: www.upf.br/ahr Doações de documentos são  
recebidas o ano

Data : 30/05/2014

Título : Atenção ao voto!

Categoria: Artigos

Descrição: Em ano de eleições o tema do cenário político, das articulações partidárias, das opções de candidatos, dos índices de rejeição de alguns líderes, dos programas eleitorais gratuitos, entre outros, tornam-se cotidianos.

Sexta-Feira, 30/05/2014 às 21:42,

por Arquivo Histórico Regional

Em ano de eleições o tema do cenário político, das articulações partidárias, das opções de candidatos, dos índices de rejeição de alguns líderes, dos programas eleitorais gratuitos, entre outros, tornam-se cotidianos. Todavia, esse cenário decorrente da democracia brasileira nos é recente. Em virtude do voto censitário e do governo militar instaurado em 1964 e vigente até meados dos anos 1980, temos ainda pouca tradição continuada de escolha de lideranças via voto universal dos brasileiros na República que foi instaurada em 1889. Cem anos depois tivemos um pleito histórico: “vamos poder escolher o próximo Presidente da República. Isto significa o fim da era ditatorial, onde o Presidente era escolhido nos quartéis e, mais recentemente, no “colégio” eleitoral.” (Anormal, n. 02, p. 02)

Após o fim do governo ditatorial a primeira eleição direta para presidente do país foi realizada em 15 de novembro de 1989. Período paradigmático de um propalado “retorno” da democracia que coincidiu com a comemoração do centenário da instauração da República Federativa do Brasil, naquele aniversário o “país foi às urnas”. Aquele ano também foi de início da publicação Anormal, jornal publicado sob direção de Paulo de Tharso Mendonça via Palhaço Editorial de São Paulo/SP. O periódico destacou-se pela sua irreverência e criticidade, em especial no contexto eleitoral vigente naquele ano de fundação do jornal. O Arquivo Histórico Regional possui duas edições desta folha dedicada “Para adultos” em sua capa. Dessas, destacamos o número 02, publicado em novembro de 1989, mês das eleições presidenciais que, tal como atualmente, mobilizam a sociedade e perpetuam-se cotidianamente em ambientes de divulgação e discussão.

Com tom satírico, irreverente e ricamente ilustrado com fotomontagens ousadas e contando também com desenhos de Glauco e Laerte, Anormal dedicou amplo espaço em sua segunda edição para informar e alertar os eleitores acerca do pleito presidencial. Em reportagem especial intitulada “Guia do voto inútil” os articulistas expressam sua preocupação com o cenário contemporâneo e caracterizam alguns dos candidatos participantes da “corrida eleitoral”. Da “brincadeira séria” proposta pelos editores de Anormal chama a atenção o texto introdutório de seu guia pelo tom comprometido, crítico e também preventivo – crítica essa que ainda tem validade ante o pleito deste ano: “As eleições presidenciais estão aí e a grande maioria dos eleitores ainda está indecisa. (...) A televisão leva a todos os lares, cortiços, malocas, a notícia pasteurizada, filtrada, de acordo com a ideologia que mais interessa a essa elite”, entendida aqui como a classe dominante que se beneficia da alienação da população. Sua atenção ao discurso televisivo/midiático evidencia que a força do uso político dos meios de informação não deveria ser desconsiderado. Seu temor deriva de sua postura editorial e de um receio com os rumos do país ante uma vitória do que denominam de “bloco sujo, da ditadura, cheira a velho”: “Escolhendo-se mal o candidato nestas eleições, corre-se o risco de repetir o passado e interromper o curso da história por mais 30 anos”.

Hoje, 25 anos depois, vemos muito da mensagem de Anormal como atual. Sua advertência acerca da força midiática e seu uso político, assim como do cuidado em relação à escolha dos candidatos que auxiliamos a eleger são situações presentes, cotidianas. Visando um “voto útil”, finalizamos esta reflexão e convidamos a todos a pesquisarem e depararem-se incessantemente com as riquezas do acervo AHR.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

\* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: [ahr@upf.br](mailto:ahr@upf.br) – site: [www.upf.br/ahr](http://www.upf.br/ahr)

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Ano : 2019

Título : Da festa ao funeral Festa de São Miguel

Categoria: Artigos

Gizele Zanotto – Historiadora PPGH/UPF

Na busca por informações sobre a Passo Fundo de outrora, nas páginas dos almanaques do cotidiano (jornais) citadinos, nos deparamos com informações sobre transporte, serviços, atendimentos, questões públicas da Intendência Municipal, artigos de opinião, mas também registros do cotidiano local. Na edição d'O Nacional datada do dia 01 de outubro de 1927, em meio aos registros da realização da festa de São Miguel, vislumbra-se o destaque dado a um acontecimento não condizente com o espírito devocional e festivo que é marca desta celebração religiosa e social. Com a participação de “numerosa multidão”, como salienta o autor do artigo, a festa se desenrolava normalmente até cerca de 16 horas, quando incidentes deram início a um “trágico desenlace”.

A festa em honra a São Miguel data do século XIX, quando teria iniciado por ação de membros da família Isaías, com base em uma estátua trazida da região das missões jesuíticas em 1871, segundo as narrativas. Desde então, anualmente a data dedicada ao santo (29 de setembro) teria mobilizado a comunidade para participar do evento religioso e festivo. Todavia, em 1927, o clima festivo foi alterado quando “um violento conflito, de consequências brutais, veio fazer debandar precipitadamente a maioria do povo, trazendo a todos graves apreensões”.

O tumulto derivou de uma desavença entre praças do 2º. Batalhão do 3º. Regimento de Infantaria, aquartelado em Passo Fundo, e players do Sport Club Gaúcho – estes teriam sido os denunciadores do caso à polícia que fora então obrigada a intervir. Da intervenção policial teria iniciado um conflito entre forças municipais e do exército, evoluindo a situação para troca de tiros que geraram pânico entre os presentes, ferimentos em alguns e o falecimento do cabo da polícia municipal, Alcides Rodrigues, ferido na face por um tiro de revólver que o levou à óbito. O incidente culminou com tensões ampliadas que levaram Gervásio Annes, Sub-Intendente e Delegado de Polícia, a solicitar o aquartelamento e o não policiamento noturno da cidade para evitar novos conflitos. Da Intendência foi despachado um telegrama ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, relatando o ocorrido, informando o aquartelamento dos policiais para evitar atritos com membros do exército, e solicitando providências para normalizar a situação na cidade de Passo Fundo.

O tema continuou na pauta da publicação divulgada no dia 05 de outubro, tendo descritos alguns pormenores do conflito. No artigo “Ainda a tragédia de São Miguel” descreve-se o falecimento de Alcides Rodrigues e listam-se os demais feridos, com riqueza de detalhes aos ferimentos. Oswaldo Roesch, Argemiro Ramos da Silva, Avelino França de Oliveira, Octacilio Alves Paim foram os

membros do 2º. Batalhão do exército que tiveram ferimentos durante a festa. Pelo lado das forças municipais foram lesados Antonio Pereira Fortes e Vicente Maciel dos Santos. Por fim, registra o artigo, o civil João Baptista dos Santos, jornalista, foi ferido com uma pedrada. A edição também destaca o restabelecimento do policiamento na cidade, após conferência entre o Intendente, Armando A. Annes, e o Major Vasco Antônio Lopes.

Para além das notícias, os jornais da primeira metade do século XX eram os responsáveis pela socialização de informações pessoais que davam condições aos leitores e interessados para acompanhar também a vida privada de muitos cidadãos. Nascimentos, convalescenças, casamentos, viagens, agradecimentos e eventos fatídicos eram ali apresentados. Na festa de São Miguel de 1927 vimos questões privadas – entre jogadores e membros do exército - terem um desenlace trágico em um evento público de destaque na cidade que pôs frente a frente as forças policiais e membros do exército. Naquela festa, a celebração final não foi de júbilo, mas de pesar pelo falecimento de um policial e pelo ferimento de vários outros envolvidos. Naquele ano, não foram as enchentes de setembro que deram o tom das comemorações. Desta vez a festa findou no cemitério.

Data : 17/11/2012

Título : Futebol é guerra!

Categoria: Artigos

Descrição: Em mais um dia de pesquisas no acervo de Comunicação Social do AHR me deparo com uma notícia intrigante...

Futebol é guerra!

Sábado, 17/11/2012 às 06:19,

por Arquivo Histórico Regional

Em mais um dia de pesquisas no acervo de Comunicação Social do AHR me deparo com uma notícia intrigante: 10 mortos e 100 feridos num conflito por futebol, na Turquia (O Nacional, 26/07/1969). Sem desviar o foco da pesquisa que me mobilizou a consulta aos jornais da década de 1960, segui com o folhear dos periódicos. Pouco depois eis que outra manchete chama a atenção:

Rumores de conflito armado entre Honduras e El Salvador (O Nacional, 30/07/1969), conflito esse que teria iniciado em razão de partidas de futebol. Ante duas notas informativas sobre conflitos relacionados ou iniciados em eventos esportivos, eu não poderia mais ignorar o fato de que em 1969 o futebol foi motivo de guerra!

Honduras e El Salvador, pequenas nações da América Central, viraram notícia ao iniciarem um confronto militar com a invasão dos salvadorenhos a Honduras em 14 de julho de 1969. Certamente que os fatos que tiveram como estopim os jogos de futebol entre El Salvador e Honduras, nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1970, não foram originados nos campos. O contexto de crise econômica e instabilidade política vivenciado pelas duas nações centro-americanas, vizinhos com relações tensas há tempos, aguçou em tal medida os ânimos dos cidadãos de seus países que um conflito armado foi desencadeado. Em especial, a relação tensa com os salvadorenhos que viviam em Honduras fora ainda mais aguçada no início de 1969, quando o país implementou uma reforma agrária que foi um dos pretextos para expulsar os imigrantes do país e redistribuir terras para os cidadãos hondurenhos.

Em junho de 1969, durante os confrontos eliminatórios para a Copa do Mundo os jogos entre Honduras e El Salvador agitaram suas populações. A primeira disputa aconteceu em Tegucigalpa, capital hondurenha, no dia 08 de junho. O resultado final foi Honduras 1X0 El Salvador, tendo sido o motivador de um evento comovente: uma torcedora salvadorenha, Amélia Bolamos, não suportando a derrota da esquete nacional, se suicidou. O caso foi largamente divulgado pela imprensa e exacerbou o nacionalismo dos salvadorenhos. O jogo de volta em San Salvador evidenciou uma comoção nacional que levou a hostilizações a seleção e aos torcedores visitantes, gerando um saldo de dois mortos, dezenas de feridos e várias depredações em automóveis. Os mandantes venceram o jogo por 3X0 num clima tenso, marcado por queima de bandeiras dos rivais, desrespeito ao hino nacional hondurenho, violência e mortes após a partida. Além disso, o caso futebolístico não estava finalizado e um terceiro jogo, em campo neutro, foi marcado para definir de que país seria a vaga na Copa de 1970. A sede dessa partida de desempate foi a Cidade do México que, no dia 27 de junho, sediou a vitória de El Salvador por 3X2 – desempate obtido na prorrogação -, selando de vez a disputa para o mundial.

Dois dias antes da partida realizada no México, denúncias de genocídio foram apresentadas na ONU pelo governo salvadorenho. A violência entre salvadorenhos e hondurenhos continuava. Imigrantes de ambos os países sofreram com a atuação de grupos paramilitares e cidadãos enfurecidos até que, em 14 de julho, o exército de El Salvador invadiu Honduras, dando início ao conflito armado justificado como resposta às agressões e perseguições a salvadorenhos residentes no país vizinho.

A comunidade internacional iniciou de imediato as tratativas para cessar o conflito, conhecido como guerra do futebol. Em 01 de agosto O Nacional

noticiava que os chanceleres da Guatemala, Nicarágua e Costa Rica participavam de mediações junto aos presidentes dos países em confronto. Poucos dias depois de iniciada a Guerra das 100 horas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguiu negociar um cessar fogo, que passou a vigorar em 20 de julho, quando as tropas salvadorenhas passaram a deixar o território hondurenho. Como saldo deste breve combate, temos um saldo de aproximadamente 2.000 mortos, muitos feridos, prejuízos materiais e psicológicos. O futebol foi um estopim para a guerra naquele tenso e crítico contexto sócio-econômico da Centro América de 1969; no ano seguinte, a seleção salvadorenha teve campanha vexatória na Copa do Mundo, sendo eliminada logo na primeira fase da competição. Saldo final dos confrontos esportivos e militares: nenhum vencedor.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

\* Os artigos expressam a opinião de seus autores.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail:

[ahr@upf.br](mailto:ahr@upf.br)

– site:

[www.upf.br/ahr](http://www.upf.br/ahr)

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 22/06/2013

Título : O DEFENSOR DA DEMOCRACIA

Categoria: Artigos

Descrição: “Como age o comunismo”. Com este título a revista Ação Democrática anuncia aos leitores um artigo ao mesmo tempo pedagógico e operacional, já que preconiza que o “verdadeiro democrata”...

Sábado, 22/06/2013 às 07:00, por Arquivo Histórico Regional

“Como age o comunismo”. Com este título a revista Ação Democrática anuncia aos leitores um artigo ao mesmo tempo pedagógico e operacional, já que preconiza que o “verdadeiro democrata”, conhecendo pelo menos um dos cinco principais pontos da ação comunista, teria aguçado seu senso de ação contra tal perspectiva doutrinária. A publicação foi produzida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade fundada por Ivan Hasslocher em 1959 para defender a democracia e lutar contra o comunismo em tempos da bipolaridade decorrente da Guerra Fria e da atuação de movimentos revolucionários, como o ocorrido em Cuba, com liderança de Fidel Castro e Che Guevara, que depôs o General Fulgêncio Batista do poder. O AHR dispõe de cinco edições da revista (uma edição de 1960 e quatro de 1962), que podem ser consultadas gratuitamente pelos interessados e que auxiliam na compreensão de um período tão caro à história do país: os antecedentes do golpe que instaurou a ditadura militar em 1964.

O artigo discorre sobre a natureza do comunismo, o Partido Comunista, as ações e fontes de financiamento dos grupos esquerdistas e foi publicado na edição de abril de 1962, durante o governo de João Goulart (1961-1964). O texto (não assinado) assume claramente a postura anticomunista difusa pelo chamado bloco capitalista ao remeter qualquer tentativa de defesa do comunismo à expansão do que denominam expansionismo ou imperialismo soviético, “um lustro da política russa”. Junto a isso há destaque para as formas de atuação não exclusivamente realizadas pelo Partido Comunista. Seus “braços” seriam ampliados pela ação de adeptos não filiados ao partido que “fazem parte de aparatos subterrâneos” e que promovem ações de espionagem e sabotagem, de agitação e propaganda, em prol de sua ideologia, de “interesses alienígenas totalitários”, e não nacionais destaca o texto.

Segundo o/s articulista/s, “O ingresso de comunistas confessos nos órgãos de serviço público ou autárquico (...) é facilitado pelos membros secretos os aparatos que agora detêm tantos e tantos postos de responsabilidade administrativa”. Ao defender tal perspectiva, Ação Democrática critica a ascensão de funcionários aos postos de governo no contexto presidencial de João Goulart, amplamente criticado por grupos direitistas pela sua pretensa vinculação ao comunismo internacional.

Esta foi apenas uma amostra do teor vigoroso de repreensão ao governo de Goulart que vemos nas revistas consultadas. Tal posicionamento explicitamente contestatório acabou por auxiliar na configuração de um clima de tensão latente sobre as ações governamentais e que, unido ao discurso contrário ao governo vigente então e difundido por outros órgãos de imprensa, entidades e grupos de oposição, auxiliaram a conformar um ambiente mais afeito a aceitação da tese do avanço comunista no país e, em decorrência, na legitimação do golpe de 1964 como aceitável ou mesmo necessário (mesmo que para isso a democracia tenha sido suspensa e um regime de exceção ditatorial instaurado).

Folhear as páginas de Ação Democrática é tomar contato com uma miríade de argumentações antigovernistas e, portanto, conhecer com maior profundidade as posições em conflito político no contexto pré-golpe. O IBAD teve suas atividades investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e foi suspenso em duas ocasiões, no ano de 1963, pouco depois foi dissolvido. Sua obra, no entanto, permaneceu ao articular bandeiras caras a outros grupos de direita e reverberar o anticomunismo professo em suas várias formas e meios de atuação.

Gizele Zanotto

Professora do Curso de História/UPF

Fonte: Acervo do AHR

\* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: [ahr@upf.br](mailto:ahr@upf.br) – site: [www.upf.br/ahr](http://www.upf.br/ahr)

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Data : 03/08/2013

Título : PASSO FUNDO EM IMAGENS

Categoria: Artigos

Descrição: Nesta semana de comemoração pelo aniversário do município, o Arquivo Histórico Regional homenageia a data com a publicação de imagens que representam a consolidação e o desenvolvimento municipal.

PASSO FUNDO EM IMAGENS

por Arquivo Histórico Regional

Nesta semana de comemoração pelo aniversário do município, o Arquivo Histórico Regional homenageia a data com a publicação de imagens que representam a consolidação e o desenvolvimento municipal. A atual cidade iniciou sua constituição oficial nas primeiras décadas do século XIX com a

chegada do miliciano Manoel José das Neves com sua família e agregados. A partir de então, migrantes e imigrantes agregaram-se ao povoado que foi paulatinamente crescendo e constituindo um núcleo elevado a distrito em 1834. Na sequência, Passo Fundo foi erigida como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo e, em 07 de agosto de 1957, foi concretizada a emancipação político-administrativa. Seu crescimento demográfico e econômico teve expressivo adendo com a implantação da Via Férrea (1898). Junto a isso, a população cada vez mais diversificada étnica e culturalmente, constituiu locais de sociabilidade e de cultura, também evidenciando o investimento literário, periodístico, político, social e esportivo que movimentavam a vida cotidiana. Já no século XX, a cidade, que por muito tempo pautou-se economicamente pela atividade agrícola, teve no terceiro setor seu principal avanço, sendo marcada ainda hoje como destaque nos atendimentos de educação – em todos os níveis – e saúde.

Equipe AHR

Imagens: acervo bibliográfico AHR.

Arquivo Histórico Regional – UPF

R. Paissandu, 1576 – Centro

Fone: 3316 8516 – e-mail: [ahr@upf.br](mailto:ahr@upf.br) – site: [www.upf.br/ahr](http://www.upf.br/ahr)

Doações de documentos são recebidas o ano inteiro.

Do Jornal

O Nacional

Sábado, 03/08/2013 às 00:09

Avenida Brasil em 1912 - Parada do trem

Cidade de Passo Fundo. Vista parcial

Prédio Museu Ruth Schneider em 1922

## Baile de Gala da posse do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro

Data : 13/09/2014

Título : Sputnik – A Digest soviética nas plagas brasileiras

Categoria: Artigos

Descrição: Em 1966 foi fundada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a revista Sputnik, publicação produzida pela Agência de Imprensa Novosti que, em sua edição impressa inaugural...

Sábado, 13/09/2014 às 07:30, por Arquivo Histórico Regional

Em 1966 foi fundada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a revista Sputnik, publicação produzida pela Agência de Imprensa Novosti que, em sua edição impressa inaugural, investiu na impressão da mesma em russo e em inglês, para a divulgação de atualidades: notícias da vida na URSS, concursos, esportes, literatura, tecnologias, entre outros temas. Da publicação original foram sendo criadas também edições vernáculas em francês (1967), alemão (1968), tcheco (1973), húngaro (1974), espanhol e português (1986). O mensário subsistiu até os anos 1990, todavia com menor força e reduzida difusão internacional.

O Arquivo Histórico Regional (AHR) acaba de receber a doação de nove edições da revista que, já em sua primeira edição em português, destaca sua proximidade – de formato - com outra publicação consagrada no Brasil, a Seleções do Reader's Digest. O número lançado em julho de 1986 sai com o subtítulo de “Digest da imprensa soviética”. Nessa mesma edição o editorial marca o perfil que a revista irá adotar: “O nosso Digest da imprensa e literatura soviética propõe-se informar os leitores sobre a vida na URSS, baseando-se em toda a variedade de jornais e revistas do país”. Junto a tais – nada desprezíveis – referências a uma publicação de respaldo e ampla distribuição no Brasil, a menção à literatura própria do estado multifederativo soviético, a ênfase sobre sua postura de informadora de seus leitores e da consideração da variedade de fontes de suas reportagens, instiga-se o leitor: “SE QUER ESTAR AO CORRENTE da política externa e interna da União Soviética, da vida contemporânea dos povos soviéticos, do que se pensa, fala e discute em nosso país, LEIA SPUTNIK”.

“Como é difícil abrir caminho à verdade e fazê-la chegar, ainda fidedigna, aos nossos estimados leitores! Sentimo-nos radiantes pelo facto de mais de 100

milhões de pessoas que falam a língua de Camões e habitam em vários continentes terem agora a possibilidade de saber a verdade sobre a URSS na sua língua materna”, destaca o editorial da edição n.01. Essa ênfase ainda mantém o discurso do conflito bipolar entre capitalismo e socialismo do contexto da Guerra Fria. Assim, pede-se que os leitores “acolham de espírito aberto” as informações de Sputnik, pois somente “A partir de então tornar-se-á mais evidente a mentira mais descarada inventada pelo imperialismo no século XX, sobre a chamada <ameaça militar soviética>”.

Observando os números posteriores vemos uma transição rápida da proposta de divulgação da revista - indicada no subtítulo da mesma - ao adotar como enfoque o “Panorama de imprensa e literatura soviética” (edição de janeiro de 1987) e a “Seleção mensal das melhores publicações da URSS” (edição de fevereiro de 1987). Podemos aventar que tais modificações referem-se ao público alvo da mesma, visto que em seu processo de consolidação e divulgação internacional chegou a ser importada por distribuidores da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, França, Guiana Francesa, Equador, Espanha, Estados Unidos, Jamaica, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, Porto Rico, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. A impressão das edições em português foi realizada na Finlândia e a sede da editora manteve-se em Moscou, portanto, controlada pela estrutura estatal soviética em sua pauta de temas e abordagem ideológica.

Ainda, visando atrair público leitor, as edições consagraram-se por lançar concursos. Na primeira edição em português anunciava-se o Concurso Sputnik 1986, cujo tema seria dedicado “A Terra, nossa casa comum. A paz, preocupação de cada um”. Entre as bonificações aos vencedores do mesmo incluíam-se “Viagens gratuitas de uma semana à URSS! Prêmios: obras de artesanato dos povos da União Soviética, lembranças, assim como assinaturas anuais gratuitas de Sputnik”. Despertando anseio pelo conhecimento do até então pouco conhecido “mundo soviético” nas plagas ibero-americanas, os concursos propõem-se a proporcionar aos interessados um meio de conhecer in loco a terra dos soviets. Pautando-se em noções de marketing e criação/fidelização do público, bem como na doutrinação política, vemos nesta publicação de matriz doutrinária socialista a ênfase na “venda” de informações, conhecimento e de um ideal que se quer propagandear – a construção de um mundo tido como melhor e, em decorrência, ideal. Com Sputnik o acervo do AHR ganha em diversidade e riqueza, agregando ao seu já amplo acervo uma publicação instigante que é vestígio de um contexto marcante da história do século XX.

Profa. Gizele Zanotto

(PPGH/UPF)

\* O AHR destaca que os artigos publicados nessa seção expressam única e exclusivamente a opinião de seus autores

Data : 23/05/2015

Título : Um olhar sobre o acervo Mapas

Categoria: Artigos

Descrição: O AHR possui um considerável acervo de mapas e plantas do município de Passo Fundo, de seus antigos distritos e dos municípios de Cruz Alta, Guaporé, Vacaria, Carazinho entre outros.

Sábado, 23/05/2015 às 08:00, por Arquivo Histórico Regional

O AHR possui um considerável acervo de mapas e plantas do município de Passo Fundo, de seus antigos distritos e dos municípios de Cruz Alta, Guaporé, Vacaria, Carazinho entre outros. Mapas de fazendas, terras devolutas e croquis diversos - acervo este disponibilizado para consulta e pesquisa local.

No estudo destas Cartas Geográficas ou Mapas podemos ter uma clara noção da História Agrária, História Ambiental, acerca do crescimento demográfico bem como da revitalização, reorganização e/ou remodelagem de certos espaços públicos e privados. Os Mapas também nos propiciam a compreensão sobre a maneira de ver e pensar de cada época, a visão social e/ou política de cada indivíduo ou grupo que esteve diretamente ligado ao ato de produzir ou solicitar o Mapa.

As Cartas Geográficas também podem nos dizer muito sobre as divisas de terras, hidrografia rural e formação ou não de bolsões de áreas cultiváveis, de plantio ou de pasto. A escrita utilizada, os desenhos, e signos também nos referem à singularidade de cada peça. Essas referências permitem ao pesquisador avaliar e diagnosticar uma temporalidade a curto e médio prazo sobre os eventos já passados, tornado-se crítico e um agente transformador no processo de produção do conhecimento.

Podemos também observar que a mudança na Toponímia dos locais e arruamentos (termo utilizado para estudar os nomes próprios de cada local, origem e seu crescimento) possui um caráter e enredo de correlação entre a História, a Geografia e a Arqueologia dando, dessa forma, um viés de coesão e de interdisciplinaridade entre ambas, tornando a pesquisa cada vez mais verídica tendo em vista sua interligação entre as diferentes vertentes de estudo.

Com esses mapas podemos identificar o processo de urbanização da cidade e a conseqüente massa populacional a habitar novos nichos citadinos, bem como as agregações que se retêm nesse processo de urbanização; o comércio, escolas e agremiações. Muitos desses exemplos são incorporados às Cartas Geográficas para fácil localização e transcrição mais fiel e compreensível do terreno e dos espaços.

Ao exemplo e em curta análise, ao compararmos um mapa da Batalha do Campo do Vallinho ocorrida em 1894, que era localizado nos arredores de Passo Fundo, conforme nomenclatura da época, e da Carta Geográfica (Mapa) atual,

percebemos a mudança na História Rural, História Ambiental, o crescimento demográfico, a Toponímia que surgiu com o passar dos tempos e os consequentes arruamentos; bem como o evidente crescimento vicinal da cidade de Passo Fundo.

O ciclo temporal e/ou datas que encerram essas Cartas Geográficas, representam todas essas transformações que ocorreram por interferência do homem, como ser atuante e agente de sua história. Venha conhecer nosso acervo cartográfico, pensar e refletir sobre a história local e regional a partir das representações que sintetizam a ocupação no planalto norte do estado.

Data : 09/05/2015

Título : Um prédio, muitas histórias, variadas memórias...

Categoria: Artigos

Descrição: Edificações dos séculos progressos ainda resistem em meio à expansão imobiliária e demográfica de Passo Fundo.

Sábado, 09/05/2015 às 01:17, por Arquivo Histórico Regional

Profa. Gizele Zanotto (PPGH/UPF)

Edificações dos séculos progressos ainda resistem em meio à expansão imobiliária e demográfica de Passo Fundo. Apesar da crescente verticalização citadina, que teve ímpeto nas décadas de 1960 a 1980, ainda vemos alguns vestígios do que fora a Passo Fundo de outrora, constituída por casarões, pela estação ferroviária, pelas igrejas e templos, pelo conjunto arquitetônico do Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto (estabelecido pela Lei no. 4097/2002), pelos hotéis, hospitais, escolas e outras construções. Desse relativo “bota abaixo” vivenciado por décadas na cidade, vemos também “tombar” muito das memórias vinculadas a locais de referência identitária dos que vivenciaram a Passo Fundo de outrora. Ainda hoje é comum ouvirmos referências aos prédios a partir de seu uso passado, situação que nos mostra o quanto a memória coletiva é afeita a lembranças muito mais sentimentais do que racionais.

Do que restou das edificações que constituem a formação histórica de Passo Fundo, vemos com destaque o atual prédio do Teatro Municipal que, depois de décadas de uso intenso, está passando por uma justa e meritória reforma. Sua imponência, articulada aos demais prédios vizinhos – da Academia de Letras e dos Museus – constituem um raro exemplo de arquitetura de fins do século XIX e início do XX ainda mantidos na cidade. Mais do que marcas visíveis, edificadas, os prédios formam importantes cenários para a história local, consolidando ainda mais sua importância material e imaterial. O atual Teatro, especificamente, foi construído em fins do século XIX para sediar o Clube Dramático Passo-Fundense. Findado em 1889 para este fim, posteriormente serviu também como

sede do Poder Judiciário, do Clube Social e Político Pinheiro Machado (que anos depois se mudaria para sede própria, em prédio ao lado, na atual Academia de Letras) e para o jornal O Gaúcho.

Esta diversidade de entidades que foram abrigadas na edificação expressa também as mudanças significativas, as tensões e conflitos por que passou a cidade no contexto de instauração da República (1889), da Revolução Federalista (1893-1895) e da Revolução de 1923. Anos depois, ainda em razão da instabilidade política vigente com a ascensão de Getúlio Vargas e as contestações da Revolução Constitucionalista (1932), o espaço foi ocupado pelo Colégio Elementar, situação que se manteve até 1940 quando para esta edificação foram transferidos o Poder Legislativo – Câmara Municipal de Vereadores, que permaneceu ali até os anos 1970. Instaurada a Câmara na atual sede, junto à Prefeitura Municipal, novamente o espaço passa a ser utilizado por entidades como a Coordenadoria da 7ª. Região Tradicionalista do MTG e a União Passo-Fundense de Estudantes.

A situação se altera na década de 1990, quando do tombamento dos prédios dos Museus, Teatro e Academia de Letras (Lei no. 2608/1990) e com a inauguração definitiva do prédio como Teatro Municipal Múcio de Castro em 04 de dezembro de 1991. À ocasião, Volmar Santos destacava que o Teatro “será (...) um orgulho a todos nós passo-fundenses que agora temos um local realmente em condições de realizarmos grandes espetáculos culturais” (O Nacional, 03/12/1991). Desde então o mesmo se constitui como espaço privilegiado para o desenvolvimento e divulgação cultural do município e retoma, praticamente um século depois, o fim inicial de ser palco de espetáculos, como objetivava o Clube Dramático local em fins do século XIX. Sua reinauguração já está marcada para 15 de maio e, numa analogia ao seu uso cultural, desejamos que o Teatro Municipal “quebre a perna”!